

## As curiosidades do Arquivo Geral da Prefeitura

Reportagem de  
ADALBERTO MARIO RIBEIRO

A história da administração do Rio de Janeiro pode ser conhecida sem necessidade de grande esforço. Basta visitar o Arquivo Geral da Prefeitura. Foi isto o que fizemos ha dias. Está ele situado num subterrâneo, sob o piso do pátio interno do edificio do palácio municipal, à praça da República.

Stefan Zweig, quando nos descreve a casa forte do Banco de França, diz que o "edificio tecnicamente mais moderno, mais notavel e atualmente mais importante de Paris é despercebido do exterior, parecendo um terreno à espera de construção" e acrescenta: "dez mil pessoas passam por ali desatentas diante dess. terreno de aparência vasia e inocente, onde se encontra a mais consideravel mina de ouro do nosso mundo atual"...

O Arquivo da Prefeitura, si não guarda barras de ouro, encerra, entretanto, preciosidades, cujo valor não está sujeito a oscilações e, bem ao contrário, só tende a aumentar com o decorrer do tempo...

Os Vieira Fazenda do ano 2.000 não precisarão, de certo, fazer pesquisas enfadonhas para conhecer os segredos dos costumes e da vida administrativa da velha S. Sebastião do Rio de Janeiro desde sua fundação.

Tambem, como ocorre com a casa forte do Banco de França, ninguém imagina que, sob a área ajardinada do pátio interno da Prefeitura, se esconde um tesouro que, si dispensa a vigilância aparatosa e constante que o ouro exige, reclama, sem dúvida, a inteligência e a cultura de um guarda que bem compreenda e sinta o *valor* de uma riqueza que só interessa e atrae a atenção dos que a saibam interpretar devidamente. Não tem esse

ouro, como se vê, curso facil e aceitação extensa como o outro... Não é vulgar.

.....  
Descemos pequena escada. Um longo corredor, todo iluminado, escavado no sub-solo e em sentido paralelo à rua General Câmara, vai ter a sala ampla, em nivel mais baixo. Sentimos aí esse ambiente característico de lugares de ventilação artificial.

Já tínhamos estado assim em lugar sombrio, silencioso como aquele, em que o *cheiro* do tempo nos transpõe a épocas que nos despertam lembranças de coisas que já vimos, juramos que já vimos, mas não sabemos bem onde foi mesmo...

Experimentamos sensação semelhante quando uma vez visitámos o Museu Nacional e conversámos com o eminente professor Alberto J. de Sampaio sobre a nossa flora.

O "Correio da Manhã" queria saber como iam os estudos botânicos no Brasil e resolvemos, então, entrevistar tambem, em um outro subterrâneo, o mestre que vem continuando com brilho a obra de Martius, esse monumento que é a "Flora Brasiliensis", em que trabalharam 65 botânicos em 66 anos (1840 a 1906) e que si fosse editada hoje nos custaria 20 mil contos.

Bem, mas não vamos mais adiante com essa história de flora, Museu etc. etc.

Agora queremos conversar com o intérprete, com o indiscreto falador da vida da mui leal e heróica cidade do Rio de Janeiro...

Vive ele naquele esconderijo a remexer em latas velhas, enferrujadas, que contêm manuscritos tão velhos e desbotados que só com o auxilio de poderosas lentes e com paciência igual à de um Capistrano de Abreu se consegue desvendar.

Antes de nos apresentarmos ao diretor do Arquivo, ficámos um momento a olhar as estantes de livros encimadas por chapas com títulos assim: Tilburies, carros e diligências; Registros do Senado da Câmara; Aforamentos; Valas; Numeração das ruas desde 1808; Arruações; Perdidos de emprego; Juizados de paz; etc.

O Sr. José Portugal, sobrinho do saudoso diretor de Estatística da Prefeitura, dr. Aureliano Portugal, que foi também secretário de Passos, nos apresenta ao Sr. Aureliano Restier Gonçalves, diretor do Arquivo.

Não havíamos conversado cinco minutos e compreendemos logo que não estávamos diante de um simples bibliotecário, que recebe os livros, registra-os em um fichário e os põe enfileirados nas estantes. Depois espera pelos consulentes.

O Sr. Restier Gonçalves não arquiva livros prontos a ser manuseados. Ele os compõe com com os documentos que recebe.

Vamos reproduzir aqui o que nos disse esse funcionário sobre o Arquivo. Valemo-nos apenas da memória, pois não somos taquígrafo:

—Disponha de tempo, e o senhor poderá colher notas muito interessantes sobre a vida da cidade. Este arquivo data de sua fundação. E sua finalidade é esta: recolher tudo aquilo que diz respeito e interessa à história e à administração do Distrito Federal. Entretanto, essa finalidade ainda não foi bem compreendida por diversas repartições da própria Prefeitura. Algumas consideram, até, o Arquivo simples depósito de cousas inúteis. Vamos agora ver as estantes.

Parâmos diante de "Arruações":

— Nesta secção o livro mais antigo data de 1756 e nele se encontram ruas de nomes curiosos, mas registradas oficialmente. Aqui está — *Rua da Luxúria* — e o sr. Restier Gonçalves nos esclarece: é este trecho, em que nos achamos, da rua General Câmara, da praça da República ao antigo largo de S. Domingos.

— Olhe esta outra rua: *Rua da Pouca Vergonha*.

Mas, Sr. Restier, onde era essa rua?

—Atravessando o jardim da praça da República o senhor vai dar lá na Travessa do Senado, que agora se chama Rua 20 de abril. Pois é essa a *rua da Pouca Vergonha*. Não vale a pena tomar nota. Há muitas outras ruas de nomes assim esquisitos...

Diante da estante com a etiqueta *Escravidão*:  
— São ao todo 83 volumes. Porque havemos de evocar essa época?

E não pensamos em folhear qualquer daqueles livros.

Sentimos a delicadeza de espírito do velho funcionário, que procurava, como se faz em família, esconder uma nódoa negra da vida nacional, que manchou o Rio com seus mercados de negros, la para o lado da Gamboa, etc.

Não valia mesmo a pena remexer no monturo.

— Observe este livro. Contem um manuscrito que quasi não pode ser lido. Veja a data: 1788. E' uma ordem de Balthazar da Silva Lisboa, presidente do Senado da Câmara. Mandava ele pagar 4\$00 a alguns dos membros desse corpo legislativo por este grande serviço: acompanhar oficialmente a procissão do Corpo de Cristo.

Nossa caminhada diante das estantes continuava.

*Calçamento:*

— Desde 1868 já se procurava substituir em alguns trechos o calçamento da cidade por outro mais cômodo que o paralelepípedo, de modo a tornar menos penoso o tráfego das carruagens. Como pode ver, são 249 volumes sobre o assunto.

*Terrenos foreiros:*

E o sr. Restier Gonçalves nos detem um pouco:

— Terrenos foreiros são aqueles que entram na concessão da sesmaria de Estácio de Sá para constituir o patrimônio da Câmara Municipal em 1565. Começavam na praia do Flamengo e corriam todo o litoral, alcançando Copacabana, Gávea e Lagoinha e desciam pelo Rio Comprido, que era o limite da Sesmaria. A Prefeitura passou a cobrar fôro sobre essas terras com direito ao laudêmio de quarentena. A cobrança desse laudêmio constitue, porém, renda muito incerta e diminuta para a Municipalidade. O prefeito Henrique Dodsworth deseja muito acertadamente renunciar a ela e até à do fôro, oferecendo aos foreiros, senhores do domínio util, a remissão do fôro, que dará de uma vez receita avultada aos cofres municipais. Deverá, preliminarmente, ser feito o tombamento completo e exato das pro-

priedades da Prefeitura. Depois esta entrará em acordo com os seus atuais ocupantes ou posseiros, ficando assim todos os proprietários, atuais foreiros da Prefeitura, com o domínio pleno das terras.

— E essa remissão será rápida?

— Depende de estudos e cálculos que serão oportunamente feitos.

— Mas só agora se cogita dessa providência?

— Não. Nos últimos anos da Monarquia cogitou-se de autorizar a municipalidade a transacionar a remissão. E logo depois de proclamada a República a questão foi novamente focalizada. Alegava-se que o novo regime de liberdade não comportava resquícios de feudalismo.

O Sr. Restier Gonçalves falava com facilidade sobre assunto que sempre nos pareceu complicado e mesmo cacete, muito cacete mesmo. Mas procuramos entendê-lo, quando mais não fosse ao menos em atenção a quem tratava da vida da cidade com tanto carinho. E esta observação nos dominou, quando o Sr. Restier Gonçalves modestamente se referiu à documentação dos terrenos foreiros.

— A coleção sob o título "*Aforamento e enfiteuse*" compõe-se de 928 volumes. Toda essa documentação que aí está, eu a encontrei solta dentro de velhos baús de folha de Flandres. Num confusão tremenda, parecia impossível pô-los em ordem cronológica. Trabalhei dez anos nessa imensa papelada e, afinal, cheguei a este resultado que aí se vê: 928 volumes que podem ser consultados facilmente.

Positivamente aquele Sr. Restier Gonçalves estava encarnando o homem de uma época de pesquisadores torturantes, que não tinham pressa em cansar o tempo. E essa atitude, assumida agora, quando a *improvisação* é norma geral, até mesmo em assuntos históricos, não pode deixar de espantar.

Esta interrupção na conversa do diretor do Arquivo da Cidade, eu a fiz aqui abusando de sua ausência. Mas ele prosseguiu assim:

— O Arquivo guarda o livro tomo das terras do senhorio direto da Municipalidade e os autos de medição da sesmaria concedida por Estácio de Sá em 1565, o que constitue, sem dúvida, a origem e a prova dos direitos da Prefeitura sobre grande parte do *chão* da cidade. O Arquivo Municipal existe, como disse, desde a fundação

da cidade em 1565. Estácio de Sá, ao fundá-la, ordenou:

"Dos atos que expedi, nomeando autoridades civis e judiciárias, se faça traslado e *arquite-se*."

E o Sr. Restier Gonçalves concluiu, depois de acentuar bem o *arquite-se*:

— Estava, assim, iniciado o arquivo do Rio de Janeiro.

— Seria interessante si pudessemos ver documentos da época de Estácio de Sá...

— Não me custa mostrá-los. Vamos subir.

Na "Sala Souza Aguiar" parámos diante de um cofre forte, que o sr. Restier abriu com vagar. De uma gaveta, retirou uns manuscritos enfeitados em um volume com estas datas: 1565 a 1592.

— Contem estes manuscritos as nomeações do porteiro da cidade, do alcaide-mór e do escrivão de sesmaria, etc.

E o Sr. Restier Gonçalves, muito contente, nos diz:

— Veja isto: é a provisão que nomeou o primeiro tabelião da cidade, Pedro da Costa, em 16 de setembro de 1566. Si tivéssemos uma lente poderíamos ver com mais facilidade este traslado da provisão que nomeou Salvador Corrêa de Sa para servir de capitão-mór e governador do Rio de Janeiro em 4 de março de 1568.

Como o Rio de Janeiro, São Paulo é outra capital cuja documentação histórica vem, de ha muito, sendo cuidada com interesse e inteligência.

E já que tivemos ensejo de nos referir às duas grandes cidades, tão ciosas de seu patrimônio histórico, não seria demais que, com a colaboração do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, todas as demais capitais dos Estados procurassem também instalar, em moldes adequados, arquivos como o de nossa Prefeitura, cuja organização deve ser bem conhecida e divulgada. E não se compreende esse desinteresse por nossas coisas, quando se sabe que fora do país, na América do Norte, mestres eminentes de suas universidades têm vindo à Baía e ao Recife afim de colher em suas bibliotecas notas sobre o Brasil Colonial, o concurso do negro em nossa formação, etc.

O trabalho de Restier Gonçalves reabilita-nos, sem dúvida, aos olhos dos que nos achavam displicentes e descuidados em assunto que diz tão de perto com a vida social e administrativa da cidade.